



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



4

Discurso na solenidade de apresentação dos estagiários da Escola Superior de Guerra (ESG)

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 5 DE JULHO DE 2001

Senhor Vice-Presidente da República, Doutor Marco Maciel; Senhor Vice-Almirante Adilson Vieira de Sá, Comandante da Escola Superior de Guerra; Senhores Ministros de Estado; Senhoras e Senhores estagiários; Senhoras e Senhores,

Mais uma vez, é um prazer para mim poder me dirigir, ainda que brevemente, aos estagiários da Escola Superior de Guerra, que estão em viagem de estudos pelo País.

Eu me desculpo por ter me atrasado no nosso compromisso. É sempre uma grata oportunidade conversar com os Senhores que estão na Escola Superior de Guerra, que é uma casa que fez reflexões sobre o Brasil. Infelizmente, não pude cumprir o horário das 15 horas, nem mesmo das 17, porque na agenda presidencial há sempre dias um pouco agitados.

Mas eu queria, assim com fiz em outras ocasiões, conversar um pouco sobre a conjuntura brasileira e o que vem sendo feito por todo o povo e por nós, do governo, para mantermos o Brasil num caminho de desenvolvimento que possa assegurar melhor bem-estar social.

Os esforços que têm sido realizados pelo Brasil são até mesmo reconhecidos, tantos têm sido eles. Nós últimos anos, o Brasil teve que passar por várias vicissitudes. Desde o início de 95, desde depois de dezembro de 94, quando houve a crise do México, nós tivemos que começar a aprender a conviver com o mundo, que, se não é hostil, é pelo menos surpreendente.

Quando se pensa que as situações, as variáveis do plano internacional, para não falarmos das do plano interno, estão postas de maneira tal que se pode prever um certo curso, de repente, quase como se fosse um fenômeno de meteorologia, há mudanças bruscas. Temos sido submetidos a várias mudanças desta natureza. Referi-me à crise do México. Tivemos a crise da Ásia, a crise da Rússia, a nossa própria crise. Ainda agora, mais recentemente, algumas perturbações no cenário, em função da situação da Argentina, que espero transitória, mas que, de qualquer maneira, tem reflexos sobre nós.

Na verdade, isso nos obrigou a tomar uma série de medidas. De alguma forma, também nos está ensinando a viver num mundo que se globaliza, ou seja, cuja economia se interliga, mas que é marcado por fortes assimetrias. E, principalmente, as assimetrias que se fazem mais agudas e, às vezes, até cruéis, no plano financeiro, quando de repente as situações se transformam com muita rapidez. Assistimos às que aconteceram em 99, quando tivemos que fazer com que a nossa moeda flutuasse para superar as dificuldades advindas de uma dessas crises que nos haviam envolvido.

Não obstante, conseguimos manter, no decurso destes últimos anos, uma taxa de investimento razoável. Não é brutante. Queremos mais, e uma taxa de crescimento que varie conforme a intensidade com que esses investimentos são realizados.

Em termos gerais, eu poderia dizer que, provavelmente, recebemos, de investimento estrangeiro direto, cerca de 100 bilhões de dólares, que correspondem a não mais que 20% da taxa de investimento nacional. O que significa que devemos ter tido um investimento local de cerca de 400 bilhões de dólares, nestes últimos cinco ou seis anos. Na verdade, de 96 para cá.

Essa é a taxa mais importante do ponto de vista da variação das potencialidades de um país. É a taxa de investimento. Nós não conseguimos ainda ultrapassar da poupança interna, em termos do que se chama tecnicamente de taxa de formação de capital fixo bruto – o nome é feio, mas expressa no fundo o investimento que é feito e que vai ter como desdobramento nos próximos anos algum resultado – cerca de 20% do Produto Interno Bruto.

Nós tínhamos chegado a 13%. Isso, para um país como o nosso é muito baixo. Vinte por cento é razoável, mas ainda é insuficiente. Nossa taxa de poupança tem que aumentar para garantir um horizonte de maior prosperidade e de maior tranquilidade.

Na década de 60, nós chegamos a atingir 24%, 25% na taxa de investimento. Obviamente, o mundo é outro hoje, quando se vê que a taxa de investimento dos países mais desenvolvidos é menor do que essa taxa a que eu estou me referindo. Mas, de qualquer forma, num país como o nosso, é preciso um esforço grande para que nós possamos, gradualmente, superar as nossas dificuldades e, sobretudo, é preciso que nós tenhamos as políticas adequadas para que seja possível manter uma situação de menor vulnerabilidade a essas flutuações que existem, que ocorrem no mercado internacional.

A manutenção de menor vulnerabilidade não pode ser, no mundo de hoje, o fechamento da economia. Não há nenhuma economia fechada, no mundo de hoje. Nem mesmo Cuba, que resistiu muito tempo às pressões da abertura do mercado internacional. Nem mesmo Cuba hoje poderia sobreviver sem os investimentos de turismo e sem o fluxo de dinheiro que daí advém. Para não falar na China que é, talvez, o único país que supera o Brasil em termos de atração de investimento externo direto e que tem desenvolvido uma política contínua na direção de uma participação crescente nos fluxos de comércio internacional.

Mas isso significa que nós precisamos intensificar muito a qualidade do investimento e, sobretudo, orientar uma parte deles para a exportação. Tarefa que, no caso, um país como o Brasil não é fácil, porque é um país que tem um mercado interno grande e que, portanto, induz muito mais a uma ação doméstica do que a uma ação internacional.

Não obstante, os últimos números mostram que a taxa de crescimento das exportações tem reagido à desvalorização da moeda e, por consequência, temos aumentado as nossas exportações, embora as importações também tenham subido, às vezes até em proporção maior do que as exportações. Mas é de ressaltar que as exportações são, crescentemente, de produtos manufaturados. Hoje, mais de metade das nossas exportações é composta por produtos manufaturados. São 75% manufaturados e semi-industrializados. Aquilo que se chama de *commodities* corresponde, no caso da balança comercial brasileira, a não mais de 25%, tendendo a menos, a 20 e poucos por cento.

É de notar também que mantivemos uma diferenciação, uma diversificação nas nossas exportações. E aquilo que sempre foi apanágio do Brasil, ou seja, o de considerar-se um *global trader*, um mercado para todas as áreas do mundo, continua sendo assim. Nos últimos anos, houve uma ampliação da participação da Europa na absorção de nossas exportações. A União Européia deve corresponder hoje a cerca de 32%, 33% das nossas exportações. E os Estados Unidos a cerca de 23%, 24%, às vezes 25% das nossas exportações. A Ásia e a América Latina contribuem com o resto, de tal maneira que nós temos uma exportação bastante diversificada. E essa exportação, como eu disse, crescentemente é manufatureira, sendo de destacar, como é óbvio, o que aconteceu no que diz respeito aos aviões, que têm hoje um peso, talvez número 1 na nossa pauta de exportações. Temos também de assinalar que, crescentemente, a gasolina, e mais tarde o petróleo, vão fazer parte dessa pauta de exportações.

Dado o grande esforço de investimento na área de energia, na área de petróleo, podemos imaginar que, pelo ano 2005, vislumbraremos a nossa auto-suficiência. Os investimentos da Petrobras e de outras empresas são crescentes. Houve um financiamento japonês bastante vultoso para que a Petrobras pudesse seguir adiante no seu programa de perfurações e de exploração. Estamos produzindo hoje cerca de 1 milhão e 700 mil barris/dia. Isso ainda não corresponde ao nosso consumo, mas já corresponde a uma propor-

ção bastante elevada desse consumo. E se os campos forem explorados, como estão sendo, adequadamente, vamos poder ser auto-suficientes e vamos, por causa dos mecanismos mais complexos do funcionamento do petróleo, exportar gasolina e, eventualmente, mais tarde, até petróleo.

Mas é de notar também que essa modificação na pauta de exportação corresponde a uma modificação profunda no próprio processo produtivo local: nossas indústrias se sofisticaram e o desenvolvimento tecnológico é crescente. Eu atribuiria, portanto, a esse segundo fator, ao fator tecnológico, um peso equivalente ao da preocupação com a ampliação da pauta de exportações.

Devo também dizer, antes de entrar na questão tecnológica, que, na pauta de importações, quando se olha o seu conteúdo, elas se compõem, basicamente, de equipamentos ou de petróleo. Fora isso, a participação de importações de bens de consumo, embora seja a que mais barulho faz, é a que menos pesa na pauta das importações, os equipamentos, muitas vezes, alcançam 80% num mês do que se está importando. Ou seja, essas importações correspondem também a investimento, correspondem também à ampliação de possibilidades futuras de produção.

Mas eu dizia que, além da preocupação com a questão das exportações, temos que olhar com muita atenção o problema tecnológico. O mundo do futuro vai depender, crescentemente, da capacidade de inovação. E essa inovação está muito vinculada às novas tecnologias. Nesse sentido, nós organizamos, nos últimos tempos, propiciamos mesmo a transformação completa em todo o campo de ciência e tecnologia no Brasil. Foram criados fundos específicos de investimento para esta área, e em muitas das áreas privatizadas impusemos uma taxa que vai diretamente financiar o desenvolvimento tecnológico. Isso é verdadeiro para o setor de telecomunicações, no qual, além dessa taxa, temos o Fust, que é uma outra taxa para generalizar o acesso à computação e também para facilitar a ligação com a Internet. Mas existe uma taxa no que diz respeito a petróleo, a águas, a vários setores, de tal maneira que o orçamento direto para pesquisa está crescendo exponencialmente.

Ainda recentemente, andei verificando publicações a respeito da qualidade da produção científica no Brasil. Há um crescimento acentuado de trabalhos de brasileiros publicados em revistas internacionais. Mais ainda, para dar um dado mais direto: estamos produzindo nas nossas universidades entre 4 e 5 mil doutores a cada ano. Isso equivale a um pouquinho mais do que a Itália produz. Dir-se-á que a Itália tem uma população que é, talvez, um pouco mais do que a terça parte do Brasil. Mas ainda assim é um esforço grande, tendo em conta o grau de desenvolvimento relativo do Brasil.

Esse esforço no setor de desenvolvimento tecnológico é essencial, se quisermos assegurar condições de uma inserção soberana no processo competitivo internacional, tão importante quanto essas modificações qualitativas no sistema produtivo brasileiro.

É de ressaltar também que vivemos um momento em que não se pode mais pensar nos setores produtivos como se o conhecimento fosse essencial para o setor manufatureiro, mas de menor importância para o setor agrário. Isso não é mais verdade. Hoje, a agregação de valor na agricultura é muito grande, e a base tecnológica da produção agrícola é essencial.

E apraz-me dizer que, neste ano, alcançamos a produção – depende dos últimos resultados – entre 95 e 97 milhões de toneladas de grãos. O financiamento da safra, que lancei esta semana, é para preparar o Brasil para, na próxima safra, de 2001/2002, alcançar a cifra recorde de 100 milhões de toneladas de grãos. Para que se tenha uma idéia do que isso significa, no início da década de 90 nós produzímos 56 milhões de toneladas de grãos. Ou seja, quase numa década, quase dobramos a produção.

Para isso, não só houve a integração – e há – crescente do conhecimento específico, através do desenvolvimento tecnológico, sobretudo da Embrapa, mas também a difusão de técnicas de informatização para a produção agropecuária. Também tivemos que assistir a uma profunda transformação na própria base, na própria unidade produtiva rural.

Digo isso para lhes mostrar que, a despeito das dificuldades, o País avançou, do ponto de vista estrutural. Mas há ainda uma

outra coisa: é a dimensão que se está dando, no Brasil de hoje, às transformações da área social. E por área social entendo um amplo espectro de atividades. Há as mais tradicionais, já sabidas, na área de previdência social, sobretudo na área da aposentadoria rural, que é uma aposentadoria sem contrapartida, ou seja, ninguém contribui para, nem se cotiza para a aposentadoria. Mas, chegando a uma certa idade, a obtém. Houve um aumento significativo da massa de recursos que vai para a área de aposentadoria rural. Mas são as áreas mais tradicionais. Nas menos tradicionais, estamos alcançando a universalização do ensino básico. Isso era um sonho.

Qualquer pessoa que tenha lido sobre a questão da educação no Brasil sabe que os nossos educadores, os nossos pioneiros, sempre batalharam para que houvesse o acesso à escola primária, pública e gratuita. Hoje, estamos com isso, com uma realidade ao alcance da nossa mão. Temos 97% das crianças nas escolas.

Costumo repetir o dado, porque ele é impressionante. Temos 35 milhões de crianças nas escolas públicas do Brasil. É mais que a população da Argentina em crianças. Todas elas, todo dia, recebem um prato de comida. É o maior programa nutricional do mundo, embora possa parecer um pouco de exagero. É um programa que, hoje, é feito com cooperação do Governo Federal com os municípios. O recurso é federal, a compra é municipal e o controle é da associação de pais e mestres, é da própria sociedade.

Se na educação esses são, digamos assim, dados mais diretos e mais visíveis, não são os únicos. Na educação, realmente, as modificações são muito sensíveis. Agora, estamos num processo de transformação em todo o ensino profissional. Foi mudada a concepção do que seria o ensino profissional, de tal maneira que vai haver um impulso muito grande e há recursos também, crescentemente, destinados a esta área.

Mas não é só isso. Refizemos toda a base dos chamados planos curriculares das escolas do Brasil. Fizemos um Provão, para fazer uma competição no que diz respeito ao ensino universitário. E acoplando isto com o desenvolvimento científico e tecnológico a que me

referi, a ação do CNPq e das várias fundações, dos vários estados, vê-se que existem, realmente, as bases para um avanço sustentável.

Agora, introduzimos em larga escala o Programa Bolsa-Escola, que é essencial. Com ele, vamos atender a todas as famílias que tenham como renda não mais que meio salário mínimo *per capita*. São 11 milhões de crianças, 6 milhões de famílias que já estão começando a ser atendidas por esse programa. Até o fim do ano, todos estarão atendidos. E ele consta de um recurso que vai diretamente para a mãe de família. Naturalmente, em certos casos, não havendo a mãe, o filho mais velho ou o pai, mas, preferencialmente, a mulher, porque é o elo dinamizador da organização da família, e tem que ser sustentada de uma maneira direta nas suas ações.

Esses recursos são entregues através de um cartão magnético que a pessoa recebe num posto da Caixa Econômica, o mais próximo de sua casa. Não há intermediação política, portanto. Há apenas a necessidade do alistamento, pelas prefeituras, nas escolas para saber se, realmente, a criança está na escola e a exigência de que a criança freqüente, pelo menos, 85% das aulas. Isso vai significar, em média, um aumento de salário, em termos reais, de 15%, o que é alguma coisa de muito significativa.

Na área da saúde, também as transformações são bastante acentuadas. O Programa Agentes Comunitários de Saúde alcança hoje cerca de 80 milhões de pessoas. São 150 mil agentes comunitários de saúde. Quando assumi o Governo, eram 22 mil. Hoje, são 150 mil. E estamos organizando não apenas o agente de saúde, mas uma unidade onde um médico vai atender as famílias, sobretudo nas áreas mais pobres do Brasil, que são as que menos ecoam, mas são as que mais necessitam.

Alguns programas do Ministério da Saúde têm tido um reconhecimento até internacional, como é o caso do combate à Aids. O Brasil talvez seja um dos raríssimos países, talvez o único em desenvolvimento, que dá uma assistência integral e gratuita aos portadores de HIV e àqueles já afetados pelos vírus da Aids.